

Sessão Solene do 43º Aniversário - Palestra do professor José Gil

# A História por fazer



**E**m nome do mito do Império Colonial, mais de um milhão de portugueses foram enviados para combater no Ultramar. Aí sofreram, foram feridos, morreram. De todos os que participaram na guerra colonial, os mutilados de guerra ocupam um lugar particular: contrariamente aos mortos e aos que voltaram indemnes, trazem no corpo e na alma as marcas visíveis e invisíveis de todos os horrores, dos traumas, do absurdo e da injustiça da guerra. As feridas abertas não se calam, são um grito que não se apaga – e que exige uma resposta. São problemas que interpelam o mais fundo da organização da nossa sociedade e o seu sistema de poder e de justiça.

As dificuldades que os soldados deficientes encontraram da parte do poder político e da sociedade para verem os seus direitos reconhecidos – e que pontuam, também, o trajecto da própria ADFA –, testemunham a importância das questões que se jogavam nessa luta. Distinguirei dois níveis, o da reintegração plena do deficiente de guerra na sociedade e o das reacções dos poderes políticos às suas reivindicações.

No primeiro nível, é toda a atitude da sociedade perante o deficiente que está em causa: um estudo aprofundado mostraria como a percepção da deficiência – e, especialmente, a deficiência física – é, na maioria dos países, associada a uma aberração, a uma anormalidade do próprio espírito do deficiente. À maneira da percepção da monstruosidade, mas como seu inverso – não enquanto excesso percebido no monstro, mas como defeito –, a percepção da lesão ou da mutilação física leva imediatamente à ideia de uma falha ou lacuna do espírito. O deficiente é visto como menos do que um homem: por isso o sujeito “normal” recusa ver nela a sua imagem, por isso tantos soldados mutilados foram recebidos com reticências mesmo nas suas famílias; por isso sentiram vergonha e culpabilidade por serem deficientes. Se é verdade que o laço social primeiro se funda no espelhamento, nesse vínculo originário através do qual o homem se reconhece em empatia com o seu semelhante, vemos como é terrível, injusta e antissocial a percepção habitual da deficiência física. Se bem que siga uma tendência comum, esta percepção

não é natural nem inelutável. É simplesmente aberrante, porque resiste a reconhecer no deficiente um ser humano de pleno direito. Chegamos assim ao segundo nível, o da posição a adoptar pelo poder político para que, precisamente, o deficiente seja visto pela sociedade como uma pessoa e um cidadão como qualquer outro.

Como qualquer outro? No sentido que acabei de enunciar, sim. Mas num outro sentido, os deficientes de guerra não são “quaisquer outros” cidadãos, mas pertencem a uma categoria particular, que lhes é conferida pelo próprio contexto que os engendrou: a guerra colonial portuguesa. Nesse sentido, não são só deficientes de guerra, mas de uma guerra injusta. Não são vítimas de guerra como outros soldados que não foram gravemente feridos mas que sofreram, como eles, os traumas de combates duríssimos para que iam mal preparados e muitas vezes mal protegidos pelos próprio exército. Foram vítimas físicas e psicológicas, por um lado, e vítimas “morais” por outro, quando descobriram que a guerra “patriótica” era um logro e que o poder político os utilizava como “carne

para canhão”, literalmente, pois era na sua carne que se inscreviam o desprezo e a falta de respeito desse poder pelo seu sacrifício. As feridas dos soldados deficientes exibiam o duplo estigma de que eram portadores: da guerra mutiladora dos corpos e da humilhação a que eram votados. Esta última foi da maior importância nos destinos da guerra colonial e da revolta que conduziu ao 25 de Abril. E que não se confunda essa humilhação com uma simples “ferida moral”: o rebaixamento a que foram submetidos os soldados portugueses deficientes atingiu níveis humanamente insuportáveis – os relatos das experiências sofridas no Anexo do Hospital Militar de Lisboa assemelham-se aos dos “campos de concentração”, como conta um testemunho.

Nas feridas inscreveram-se múltiplos sofrimentos diferentes, corporais e psíquicas, mas também de vergonha social, de culpa como se o sujeito fosse responsável por ser deficiente, de humilhação por ser tratado como sub-humano, do absurdo que fora o sacrifício por uma falsa Pátria, de revolta contra si próprio e contra toda aquela situação. Todos estes sofrimentos traduziam (não só “simbolicamente”, mas realmente) negativamente a importância do lugar que ocupava o deficiente de guerra relativamente à sociedade e ao poder político que o tinham enviado para combater no Ultramar: se a ditadura salazarista fosse substituída por um poder democrático e respeitador da dignidade humana, este deveria reparar toda aquela gama de dor e sofrimento do deficiente de guerra, preencher positivamente as falhas existenciais, sociais e políticas que o deficiente condensava e simbolizava, e que exprimiam, no fundo, o próprio sofrimento do homem português sob o regime do Estado Novo. Isto significa que, de certo modo, de um modo talvez demasiado intenso para que se pudesse facilmente compreender, porque a consciência disso permaneceu ocultada depois do 25 de Abril, a situação do mutilado da guerra colonial resumia a situação do cidadão português ludibriado, submetido, esmagado, culpa-

bilizado, diminuído pelo poder ditatorial.

Mais uma vez, decorre daqui o papel que teve o acordar progressivo da consciência da injustiça feita aos deficientes de guerra na revolta do 25 de Abril. E, se bem que muitos deles aderissem aos princípios políticos do movimento militar, a sua reivindicação ia mais longe, talvez, do que as propostas, unicamente políticas, de direitos dos deficientes à cidadania. Isto é, o que os poderes políticos ofereciam, não chegava para resgatar digamos, a dívida que toda a colectividade e os dirigentes tinham para com os deficientes – não que estes fossem melhores ou mais dignos portugueses do que os outros. Mas porque eles, no seu corpo e nas suas vidas, expunham, em último grau, a situação de injustiça e de miséria existencial a que os portugueses tinham sido reduzidos. Redimi-los, pois, equivalia a redimir todos os portugueses, a nação inteira. Não foi isto que os governos e o estado democrático fizeram. Apesar do muito caminho andado, qualquer coisa de essencial, no meu entender, ficou por fazer. Qualquer coisa que comprometia toda a história e a sociedade portuguesa e que dependia como dissemos, obscuramente, da atitude a tomar para com as vítimas da guerra colonial. Como teria sido possível resgatar e reparar a lesão profunda que atingira todos os portugueses durante 48 anos de ditadura e, muito especificamente, os soldados do Ultramar? O que poderia ter sido feito?

Consideremos o que estava em jogo. O dilema enfrentado pelos governantes – e também vivido como uma situação insuportável pelos deficientes – podia enunciar-se assim: não era possível tratá-los como heróis porque tinham combatido numa guerra injusta, em nome de um mito enganador e sob as ordens de um poder fascista; por outro lado, não se podia apagar o sacrifício real, visível nos corpos e nos espíritos, que tinham feito pela “Pátria” e pela “Nação” portuguesas, mesmo se estas ideias não correspondiam ao que delas entendia o discurso salazarista – tanto mais que os sentimentos de desistência, decepção, indignação e